

Mulheres quilombolas contemporâneas: a matrigestão e a ancestralidade em uma comunidade quilombola da região sul do Brasil
/ Contemporary Quilombola Women: Matrimanagement and Ancestry in a Quilombola Community in the Southern Region of Brazil

*Bruna Rosa Farias**

*Rita de Cássia Maciazeki-Gomes***

*Cassiane de Freitas Paixão****

RESUMO

Este artigo nasce do acompanhamento das narrativas das experiências de mulheres negras quilombolas de uma comunidade remanescente de quilombos do sul do Rio Grande do Sul. O objetivo deste estudo é reconhecer a trajetória das mulheres quilombolas da comunidade São Manoel/Dona Geraldina, mostrando como a força dessas mulheres possibilitou que seus filhos/as e netos/as tivessem outras oportunidades de vida. A produção de dados contou com a realização de entrevistas narrativas e rodas de conversas com as mulheres da comunidade, sendo que as análises e discussões estiveram ancoradas nas teorias do Mulherismo Africano e Matrigestão. Como um dos desdobramentos desse estudo surge a psicoQUILOMBOlogia, um modo de fazer saúde partindo dos saberes e conhecimentos africanos e quilombolas, construído por um grupo de estudantes quilombolas no curso de Psicologia. Destacam-se os caminhos que a psicologia ainda tem a percorrer ao se deparar com (re)existências negro-quilombolas, principalmente no reconhecimento de suas contribuições para formação em psicologia e a formação de identidades das mulheres negras e quilombolas.

PALAVRAS-CHAVE: Ancestralidade; Mulheres Quilombolas; Matrigestão; Resistência

ABSTRACT

This article stems from the exploration of the narratives of Black quilombola women from a remnant quilombo community in southern Rio Grande do Sul. The aim of this study is to recognize the trajectory of the quilombola women from the São Manoel/Dona Geraldina community, demonstrating how their strength enabled their children and grandchildren to access new life opportunities. Data collection involved narrative

* Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Escola de Enfermagem – EEnf, Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil; <https://orcid.org/0000-0003-2865-0753>; brunarfariaspsi22@gmail.com

** Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI, Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil; <https://orcid.org/0000-0003-4092-5262>; ritapsicofurg@gmail.com

*** Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI, Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil; <https://orcid.org/0000-0002-8085-1862>; cassianepaixao77@gmail.com

interviews and discussion circles with the women of the community, with analyses and discussions grounded in African Womanism and Matrimanagement theories. One of the outcomes of this study is the development of psychoQUILOMBOlogy, a health framework based on African and quilombola knowledge, created by quilombola students in the Psychology program. This study highlights the challenges that psychology still faces in addressing Black quilombola (re)existences, particularly in recognizing their contributions to psychology education and the formation of Black and quilombola women's identities.

KEYWORDS: Ancestry; Quilombola Women; Matrimanagement; Resistance

“Dos lugares que passei, pelas ruas que eu andei, foram só para me reencontrar¹”- uma jovem negra quilombola tornando-se psicóloga

Este estudo, origina-se de meu trabalho de conclusão de curso em Psicologia, na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), orientado por duas professoras, coautoras desta escrita e que me acompanharam durante este percurso universitário. Para enfatizar o registro de minha trajetória, como uma jovem negra quilombola em seu processo de formação em Psicologia, optou-se pelo uso da primeira pessoa do singular em todo texto.

Sou uma mulher negra quilombola remanescente da Comunidade São Manoel/Dona Geraldina localizada em Piratini, Rio Grande do Sul, onde minha família vive, território este que foi reconhecido pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2011; assim, enquanto oriunda de uma comunidade quilombola, pude ingressar e permanecer na educação superior através das cotas específicas para estes estudantes.

Desde minha infância, a música dos Racionais MC's *A vida é desafio* ecoava em meus ouvidos, trazendo reflexões sobre a exigência de ser "duas vezes melhor" por ser negro. Hoje, é possível entender que a pressão para ser “melhor” é resultado do racismo enraizado na sociedade, que nos coloca constantemente à prova, exigindo que demonstremos sempre nossa dignidade e valor.

A diversidade de experiências vivenciadas em minha trajetória de vida, e também na Psicologia, trouxe-me de volta para uma conexão com minha ancestralidade, resgatando uma conexão vital com minhas raízes, transmitindo valores como centralidade na família, espiritualidade e respeito, refletidos na vida cotidiana. A resistência e a

¹ Paródia do refrão da música “*Meu grande amor*” do duo YOÚN composto pelos artistas negros Shuna e Gian Pedro.

autoafirmação negra são intrínsecas, enraizadas na cultura e na história de luta contra a escravização.

A comunidade São Manoel/Dona Geraldina, localizada em Piratini, sul do Rio Grande do Sul, teve sua organização iniciada em 2010, como uma iniciativa da Pastoral Afro do município, liderada por Irmã Marisa e Eva Maria Pinheiro, que reconheceram a presença negra na região e sua ligação com a figura de Geraldina Rosa.

Pertencer a esta comunidade quilombola foi, e é, parte essencial que molda as identidades de seus membros, pois a luta quilombola é marcada pela busca constante por dignidade e igualdade em uma sociedade que ainda reproduz as desigualdades do passado, um passado de resistência e luta por reconhecimento e por justiça.

Imagem 1 - Sede da Comunidade construída em terreno doado por um sócio fundador.



Fonte: Acervo pessoal

Em março de 2011, a comunidade foi reconhecida como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares. Registrada como “São Manoel”, os membros desejavam chamá-la de “Dona Geraldina” em homenagem à mãe de Dona Edite Rosa, a mais velha da comunidade. No mesmo ano foram cadastradas 23 famílias como membros da comunidade, que contribuem para manter a associação e também para receberem benefícios governamentais como cestas básicas.

Este artigo também teve como propósito homenagear mulheres negras quilombolas, minhas ancestrais e que possibilitaram minha educação superior. O estudo, ao mesmo tempo em que visou entender como essas mulheres resistem na atualidade, também abre oportunidades para gerações futuras, explorando a importância da ancestralidade e refletindo sobre a matrigestão africana.

SANKOFA: *não é tabu voltar atrás e buscar o que esqueceu* - Metodologia

Pedindo licença aos meus ancestrais, apresento-me aqui: Eu, Bruna Rosa Farias, sou uma mulher negra quilombola e de axé, psicóloga, bissexual, neta de Edite e Leci, filha de Cleni e irmã de Letícia, meu orí é regido por Oxum Docô, que guarda e orienta meus caminhos.

A pesquisa e escrita deste artigo, feitas por mim, foram orientadas, discutidas e revisadas, até sua efetiva finalização, em colaboração com duas professoras da FURG, Rita Maciazeki-Gomes e Cassiane Paixão.

Assim, a partir disto, sabendo que a tradição oral é vital para preservar a identidade e ancestralidade dos povos africanos e seus descendentes, entendo que os griôs, reconhecidamente, são os guardiões da cultura negra e transmitem seus saberes de geração em geração. Na comunidade quilombola Dona Geraldina, essa tradição é mantida pelas mulheres, que desempenham papéis fundamentais na preservação das tradições locais. De acordo com o roteiro e observação pré-estabelecidas, as entrevistadas trouxeram, apesar do acanhamento³, suas vivências enquanto mulheres negras e quilombolas as quais fui dividindo de acordo com a temática levantada nas entrevistas e também observadas ao longo de nossas vidas e convivências.

O estudo, autorizado pelo Comitê de Ética da Universidade, seguiu as diretrizes estabelecidas na Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, sob o CAAE 47671521.0.0000.5324, contou com a participação de três mulheres quilombolas e

³ As entrevistadas ficaram um pouco envergonhadas, pois nunca tinham estado em um lugar dito formal de entrevista, trouxeram poucas falas a partir das perguntas semi-estruturadas, porém a minha observação ao longo da vida e de suas trajetórias, que me levaram ao TCC defendido, permitiu a sustentação da temática. O que são poucas falas diante de um gravador perto dos ensinamentos diários que essas mulheres trouxeram?

minhas familiares, sendo Edite minha avó, Helena minha tia e Cleni minha mãe, que compartilharam, através de entrevistas e rodas de conversas ao redor da mesa e do fogão, na comunidade, suas experiências. Os encontros ocorreram no território da comunidade São Manoel/Dona Geraldina. Os dados foram registrados em diários de campo e analisados a partir do referencial teórico do mulherismo africana e matrigestão. A análise dos dados, registrada em diário de campo, permitiu uma compreensão mais profunda das narrativas em diálogo com os conceitos teóricos. Os trabalhos resultantes desses estudos foram enviados à comunidade, buscando valorizar e compartilhar suas histórias e tradições e criando um acervo para comunidade.

Das mulheres que dão vida e compõem uma comunidade quilombola: mulherismo africana, matrigestão, vivências e resistências

Ser mulher quilombola é sinônimo de resistência. Significa carregar na identidade, no corpo, no cuidado com a família, na lida no campo ou na agitação do urbano uma história ancestral de muita dignidade.

Nilma Lino Gomes, in Dealdina (2020)

Durante o período de escravização no Brasil, mesmo com as separações familiares, os/as escravizados/as se uniram e formaram novas comunidades, mantendo a conexão com a África e preservando saberes. Três mulheres, Edite, Helena e Cleni, da comunidade São Manoel/Dona Geraldina, inspiraram minha trajetória. Edite, minha avó, cuja mãe Geraldina chegou à fazenda de Processo Freitas da Cruz em 1920, onde trabalhou como empregada, tendo oito filhos com ele. Edite se casou com Didimo Jesus Farias, constituindo família na comunidade. Suas filhas, incluindo Cleni, minha mãe, seguiram seu exemplo, contribuindo para a vida em comunidade e educando os filhos, tal qual sua mãe e sua avó. A partir de vivências compartilhadas e leituras de autores/as negros/as na graduação, reconheço a origem e a importância das tradições das famílias negras, fortalecendo o vínculo com a ancestralidade quilombola. Essa conexão é a base da minha identidade e será transmitida às próximas gerações que dela descendam.

Em uma dessas leituras teóricas me foi apresentado o mulherismo africana e a matrigestão e, ao ler e pesquisar mais sobre eles, encontrei diversas semelhanças com os costumes de minha comunidade, ainda que não sejam identificados como africanos, é indiscutível que são.

O mulherismo africana não é uma vertente do feminismo negro e nem mesmo um braço do mulherismo de Alice Walker (Hudson-Weens, 2020, p. 44). O mulherismo africana busca se concentrar nas experiências de lutas e desejos das mulheres africanas nativas e também da diáspora, reiterando que diáspora,

refere-se ao processo de deslocamento/dispersão, forçado ou não, de um povo pelo mundo. No caso da diáspora africana, uma imigração forçada, durante o tráfico transatlântico de escravizados. Junto com seres humanos, nestes fluxos forçados, embarcavam nos tumbeiros (navios negreiros) modos de vida, culturas, práticas religiosas, línguas e formas de organização política que acabaram por influenciar na construção das sociedades às quais os africanos escravizados tiveram como destino. Estima-se que durante todo período do tráfico negreiro, aproximadamente 11 milhões de africanos foram transportados para as Américas, dos quais, em torno de 5 milhões tiveram como destino o Brasil (Fundação Cultural Palmares, 2019).

Ao serem obrigados a embarcar nos navios, também eram obrigados a deixar para trás suas vidas, seus costumes, histórias e, nessa perspectiva, o Mulherismo Africana (antes chamado de Mulherismo Preto), termo cunhado por Clenora Hudson-Weems em 1987, surge como um componente central da visão de mundo africana, almejando recuperar suas histórias e identidades.

Segundo Mazama (2001, *apud* Hudson-Weens, 2020, p. 72), Clenora cunhou o termo “a partir da inaptidão do feminismo e de teorias semelhantes (ex. feminismo negro, feminismo africano ou mulherismo) em compreender a realidade das mulheres africanas, tampouco para nos dar meios para mudar essa realidade”. Para Hudson-Weems, (Mazama, 2001, *apud* Hudson-Weens, 2020, p. 72), apenas se apropriar de uma teoria eurocêntrica e adicionar a identidade “negro” é, além de adquirir uma terminologia embranquecida, é adquirir também suas pautas. Por isso se fez necessário um novo conceito com sua própria terminologia. Porém se faz importante frisar que, como reafirma Anin Urasse (2019),

[a]pesar do mulherismo africana ser tratado como um TEORIA por Nah Dove (e de fato ele pode ser visto como teoria) o que a Cleonora Hudson diz é que o conceito MULHERISMO AFRICANA surgiu quando ela passou a estudar a história das mulheres pretas na África e na diáspora. Ela não se coloca, *a priori*, como criadora da teoria do mulherismo africana. Ela se coloca, antes, como a mulher que NOMEIOU O SER MULHER PRETA. O que as palavras MULHERISMO AFRICANA tentam é, antes de criar uma teoria acadêmica, NOMEAR a experiência de ser uma mulher africana. E com que autoridade ela fez isso? Com a autoridade de uma acadêmica? Não. Com a autoridade de ancestrais reencarnadas que somos.

A humanidade iniciou-se em África, fato que a colonização europeia tenta apagar até hoje. Cheik Anta Diop dedicou-se a contar a história do povo africano em seu livro *A origem africana da civilização: mito ou realidade?*, originalmente publicado em 1955, mas traduzido para o inglês apenas em 1974. Em sua extensa pesquisa, o autor aponta que a África foi o berço da civilização/humanidade e, portanto, da cultura. A África já tinha ferramentas avançadas cerca de 50.000 anos antes das ferramentas europeias e descobertas feitas no Egito constantemente põem à prova a supremacia branco-europeia indicando que os egípcios não eram brancos e que a Grécia tomou emprestado do Egito elementos de sua civilização, mesmo o culto dos deuses (Diop, 1974).

A África produziu algumas sociedades matriarcais, porém com a migração destes povos, surgiram outras sociedades patriarcais, centradas no sexo masculino. Segundo Nah Dove (1998, p. 8), com a migração e o surgimento dessas sociedades patriarcais, o matriarcado e a não hierarquia entre homem e mulher foi se perdendo:

O conceito de matriarcado destaca o aspecto da complementaridade na relação feminino-masculino ou a natureza do feminino e masculino em todas as formas de vida, que é entendida como não hierárquica. Tanto a mulher e o homem trabalham juntos em todas as áreas de organização social. A mulher é reverenciada em seu papel como a mãe, que é a portadora da vida, a condutora para a regeneração espiritual dos antepassados, a portadora da cultura, e o centro da organização social (Dove, 1998, p. 8).

A maternidade nas sociedades africanas não é uma característica exclusiva da mãe biológica, ou somente das mulheres. Não se limita ao gênero e ao sangue. Considera-se que um outro membro da família, ou até mesmo um amigo que cuide, seja carinhoso e gentil com a criança também possa ser chamado de mãe. Considera-se até uma honra.

Esses valores tornaram-se fundamentais para a sobrevivência dos povos africanos durante o contínuo holocausto negro. A maternidade, segundo o Mulherismo Africano, refere-se então às responsabilidades que a comunidade tem na criação e no cuidado desses filhos. Nah Dove (1998) acrescenta que:

No entanto, embora o papel da mulher e dos cuidados maternos no processo de reprodução sejam fundamentais para a continuação de qualquer sociedade e cultura, em uma sociedade patriarcal, este papel não é atribuído com o valor que ele traz em uma sociedade matriarcal (p. 8).

Com a diáspora, a colonização e o patriarcado, ocorreu uma desarmonia nos preceitos relacionados ao feminino e masculino, trazendo consequências negativas no mundo contemporâneo. O processo de dominação consistiu em sequestrar e arrancar africanos de sua terra mãe. A aculturação culminou na aniquilação das identidades dos escravizados, mudando seus nomes, batizando-os na religião europeia e proibindo-os de cultuar as religiões de origens. Suas tradições, como a musicalidade, só eram permitidas enquanto os brancos estivessem se divertindo com isso e a capoeira se tornou crime, dessa forma, apagando suas raízes e fazendo com que os africanos sentissem vergonha de sua negritude.

A dominação e aculturação europeia sobre o negro africano mostram que muitas vezes não se pode relacionar a composição genética de um povo a um grupo cultural, isto porque a cultura influencia no comportamento de um povo e como ele se vê. Com isso, os processos de dominação colonial produziram sociedades eurocêntricas mesmo com grande presença negra. Embora o povo africano em diáspora pareça-se geneticamente com o povo africano, suas mentes foram aprisionadas por conceitos, valores e crenças eurocêntricos, levando-os a acreditar que são inferiores, conforme argumenta Fanon (*apud* Dove, 1998, p. 13) “alienadas de sua própria humanidade”.

De acordo com Fanon (2008), em uma de suas obras intitulada *Peles negra, máscaras brancas*, essa alienação de sua humanidade imposta pela colonização, em que o negro busca ser como o branco, se relacionar com o branco, se comportar como um branco, numa falsa ideia de ser finalmente aceito naquele meio, provocando sofrimento psíquico ao desejar apagar a origem africana de si e ter sua humanidade reconhecida. Essa

alienação do negro é socialmente construída como um mecanismo de controle e é a grande consequência da colonização.

Em seu livro *Mulherismo africana - Recuperando a nós mesmos*, originalmente publicado em 1993, recentemente traduzido para o português, Clenora Hudson-Weems descreveu dezoito características específicas nas quais a mulherista africana se baseia:

ela se automeia, se autodefine, é centrada na família, genuína na irmandade entre as mulheres, forte, harmoniosa com homens na luta pela libertação, completa autêntica, de comportamento flexível, que impõem respeito, se reconhece, respeitosa com os mais velhos, adaptável, ambiciosa, maternal e nutridora (Hudson-Weems, 2020, pp. 73-91).

Essas características vêm romper com a alienação do negro e com os mecanismos de controle impostos pela colonização. Esmiuçando cada característica podemos compreender melhor a vivência mulherista africana:

1 e 2 - Automeia e Autodenominação: É crucial nomear e definir nossa identidade e trajetória, rejeitando imposições externas. A mulherista africana, segundo Hudson-Weems (2020), define sua realidade sem aderir a ideais preestabelecidos, priorizando a identidade cultural sobre o individualismo.

3 - Centralidade na família: A mulherista africana valoriza a família como comunidade, não se limitando a si mesma, mas incluindo parceiro, filhos e netos. Sua luta é coletiva, reconhecendo que sua segurança e sobrevivência estão intrinsecamente ligadas ao bem-estar de sua comunidade.

4 e 5 - Harmonia com os homens na luta/ compatibilidade masculina: Ela colabora com homens na busca por equidade racial, reconhecendo a importância da união para a sobrevivência em uma sociedade hostil e racista. A divisão baseada apenas no gênero é ineficaz diante das opressões compartilhadas.

6 - Papéis Flexíveis: Durante a escravidão, papéis de gênero eram flexíveis, evidenciando a necessidade de adaptação à realidade. A mulher africana não se limitava ao lar, assim como o homem muitas vezes assumia tarefas domésticas.

7 - Irmandade Genuína entre Mulheres: A solidariedade entre mulheres é fundamental, demonstrando apoio mútuo e responsabilidade compartilhada. Essa conexão emocional é essencial para enfrentar desafios e promover o crescimento.

8 - Força: A mulher africana possui uma longa tradição de resistência física e psicológica, enfrentando séculos de opressão. Sua força reside em proteger sua família, mesmo diante das adversidades históricas e sociais.

9 e 10 - Respeito e Reconhecimento: É essencial cultivar autoestima e exigir respeito, fundamentais para relacionamentos saudáveis. O reconhecimento da própria humanidade é crucial para enfrentar desafios raciais, de gênero e socioeconômicos.

11 e 12 - Totalidade e Autenticidade: A mulherista africana busca equilibrar família, carreira e autenticidade cultural, reconhecendo a importância de cada aspecto para sua realização pessoal.

13 - Espiritualidade: A espiritualidade é central na vida da mulherista africana, guiando suas decisões e proporcionando proteção e conexão com sua herança cultural.

14 - Respeito aos mais velhos: O respeito pelos mais velhos é uma característica marcante, enraizada na cultura africana e fundamental para a transmissão de sabedoria e fortalecimento da comunidade.

15 - Adaptabilidade: Ela é capaz de encontrar soluções criativas dentro das limitações financeiras, priorizando as necessidades da família sem sacrificar sua criatividade e sucesso pessoal.

16 - Ambição: A mulherista africana busca crescimento pessoal com responsabilidade, reconhecendo que suas ambições impactam diretamente sua família e comunidade.

17 e 18 - Maternal e Nutridora: O papel de mãe é central na identidade da mulher africana, muitas vezes priorizado em detrimento de outros papéis, como esposa ou trabalhadora.

Sendo assim, esses 18 pilares, em conjunto, potencializam a mulherista africana e seu povo, sem que nenhum abdique de nada e ascendam em comunidade.

Compreendendo a dimensão que é o mulherismo africano, chegamos ao ponto “matrigestão”. Ao nosso ver mulherista e afrocêntrico a “mãe/matriarca” (não no sentido

materno biológico de gestar, como já mencionado, mas o de nutrir um povo) é um ponto indispensável para a comunidade. Assim:

[é] essencial ressaltar que a abordagem materno-centrada não necessariamente está ligada à gestação físico-uterina, mas, sim, a todo um conjunto de valores e comportamentos de gestar potências. Quando partimos de uma realidade de gestar a potência, estamos definindo a luta mulherista como a possibilidade de reintegrar as vidas pretas destroçadas pelo racismo de cunho integral.

Isso quer dizer, por exemplo, quando um Babalorixá cuida daquelas potências em formas de abian, yawo e ebomis, ele está exercendo o princípio materno-centrado africano, que em nada se relaciona ao útero físico, mas, sim, ao útero mítico-ancestral, a partir da movimentação de toda uma energia, que é feminina. Inúmeros são os exemplos que podemos elencar, desde parteiras e erveiros, às tias que cuidam dos erês em suas próprias casas, nas comunidades periféricas, para que os pais possam trabalhar, educadores que gestam a potência de seus alunos etc. (Njeri & Ribeiro, 2019, pp. 600-601).

Não há um equilíbrio sem ela, a “mãe”. Em um sentido africano dela se fazer presente ao longo do holocausto negro, da colonização e diáspora. Ela é potência, ela ratifica sentido a tudo, ela cria, ela trabalha, ela educa, gestando ou não. Vale dizer que nossas crianças têm várias mães que cuidam de suas necessidades físicas, espirituais, educacionais. A mãe luta para os seus e pelos seus. Reiterando, matrigestão então não é gerar um filho no ventre (nem mesmo ter um ventre é preciso), é potencializar as vidas que a comunidade tem. Não só a mulher negra no quilombo é matrigestora, o homem também o é, e, juntos, ocorre a potencialização do povo preto, recuperando a nós mesmos e nossas raízes africanas. Pois, afinal, no contexto africano, mulheres e homens têm igual importância na comunidade, a mulher não é relegada a um lugar exclusivamente de subalternidade:

[...] as mulheres não são relegadas ao segundo plano, como acontece no pensamento ocidental. Isso provém do fato de elas terem sido parte integrante de todas as culturas africanas desde o início dos tempos. Observando as sociedades africanas da antiguidade, é difícil encontrar alguma em que as mulheres não ocupassem altas posições (Asante, 2009, p. 104).

O matriarcado ou matrigestão está ligado ao nutrir um povo, um equilíbrio entre gêneros e não uma luta de quem faz mais e merece mais. Moraes, Brito & Costa (2020),

em seu artigo *Mulherismo africana: proposta enquanto equilíbrio vital à Comunidade Preta*, exemplificam a matrigestão:

Um exemplo bem cultural em diversas casas da comunidade preta: o fato das nossas mães/avós servirem o prato de alimento para toda a família, não como forma de exploração ou servidão, mas como somente elas saberão repartir o alimento de forma justa e precisa dentro de casa e, assim, pensamos dentro da comunidade (p. 302).

As tradições foram preservadas, embora, com o tempo, a origem delas tenha se perdido na memória de alguns griôs, permanecendo apenas no inconsciente coletivo. Há pouco tempo Cleni (minha mãe e membro ativo da comunidade quilombola) servia o prato de meu pai, eu como adolescente na época achava um absurdo, tanto fiz que Cleni parou de servi-lo, só que meu inconsciente africano nunca me permitiu servir-me primeiro e, é raro o caso de nos servirmos antes do pai. Para nós é o justo.

Para Aza Njeri (2020) em seu texto para o blog *Alma preta jornalismo* intitulado *Vamos falar sobre Mulherismo Africana?*

Em uma comparação rápida baseada em Diop (*apud* Njeri, 2020) pode-se afirmar que são características matriarcais: o equilíbrio entre mulheres e homens em todas as áreas de organização social; a origem nas sociedades agrárias; a xenofilia; o princípio de complementaridade. E entende a mulher/mãe como o centro da organização social, enquanto portadora da vida e da cultura.

Sendo assim, a matrigestão, bem como o mulherismo africana, é o equilíbrio da mulher negra com o homem negro, o equilíbrio dela consigo mesma, o equilíbrio dela com sua família, comunidade e espiritualidade.

Nas histórias de vida de Edite, Helena e Cleni, assim como na minha, consequentemente, houve a similaridade. Ainda que em contextos diferentes (rural e urbano), a preservação de costumes africanos se mantém. Eles estão presentes e estarão daqui a alguns anos mesmo que essas mulheres já tenham retornado ao Orum que em iorubá é uma palavra que define o céu ou o mundo espiritual, e na mitologia iorubá é paralelo ao Aiê, mundo físico, e tudo que existe no Aiê coexiste no Orum.

Apesar dos caminhos que as levavam para longe umas das outras, elas sempre participaram da vida das famílias e se ajudaram. A centralidade na família é algo muito

forte para elas desde sempre. A individualidade não é algo que se ensina. Em alguns casos, depois de adulto, é preciso reaprender a se separar do coletivo quando algumas questões exigem mais individualidade. Nenhuma delas fechou os olhos para o que a sociedade impõe às pessoas e famílias negras. Afinal elas também sofreram e sofrem, e o reconhecimento como quilombolas trouxe às rodas de conversas familiares muitas discussões e reflexões sobre o racismo.

A família é o centro “minha família é o que me fortalece” diz Cleni e “meu parceiro, meus filhos, meus netos, são meu motivo para viver e por quem lutar”, diz Helena. Apesar do colonialismo ter instaurado o patriarcado e o machismo, atravessando as construções das subjetividades de homens negros, as mulheres negras sabem que os homens negros não colhem os privilégios do patriarcado e que a existência delas e de toda a comunidade perpassa o cuidado e avanço de todos. Os papéis, nessa família, são flexíveis, interpretando que nutrir a família é essencial, assim como nutrir corpo e mente. As mulheres são responsáveis e se dedicam umas às outras no cuidado, principalmente na união pelo bem-estar da mais velha Edite. São fortes e firmes (porém obviamente elas precisam se permitir desabar em algumas situações) para suportar a luta diária por sua família e comunidade. A espiritualidade é um legado passado de mãe para filho sempre, creem num Deus maior, mas coexistem entre catolicismo, matriz africana e espiritismo, com extremo respeito entre cada crença, a fé que as move. O respeito aos mais velhos é a característica mais forte observada, pois os anciãos, como a nossa griô, é um exemplo/modelo de inspiração. O respeito pelo que ela representa para nossa comunidade é a continuidade desta. Todos os membros da associação têm um respeito e consideração enorme por Edite. A matrigestão quilombola prioriza o equilíbrio entre homens e mulheres. A luta é coletiva e sem hierarquias, todos têm igual importância sempre considerando a palavra da mulher como princípio, no seu papel como nutridora de toda uma comunidade preta. Assim, o papel de mãe nutridora fica acima dos demais papéis.

Definir quem somos, o que fazemos e para onde iremos: caminhos a serem considerados para uma psicologia que respeite as (re)existências negras-quilombolas

As vivências das mulheres negras e quilombolas, principalmente das entrevistadas aqui, contribuíram para a criação de uma psicoQUILOMBOlogia, conceito que traz a palavra QUILOMBO como destaque, pois para as criadoras do conceito Bruna e sua colega, a psicóloga quilombola Charlene Da Costa Bandeira, duas mulheres negras e quilombolas, quilombo é o centro, é o aquilombamento que trará a recuperação de nós mesmos. Dessa forma, os saberes tradicionais das entrevistadas foram integrados à psicologia.

Como resultado, a psicoQUILOMBOlogia foi desenvolvida em 2020, durante a pandemia de COVID-19 (Farias & Bandeira, 2020), época em que as criadoras eram então estudantes universitárias. A ideia era desafiar a invisibilidade negra na academia. Com apoio de professoras da FURG, o grupo de estudos *online* visava subverter a lógica colonial na psicologia acadêmica. Inspiradas por Wade Nobles (2009) e Lucas Veiga (2019), buscamos incluir epistemologias negras e saberes ancestrais, destacando a importância do quilombo como centro de nossa coletividade. Hoje, a psicoQUILOMBOlogia expandiu-se para um espaço clínico fora da universidade, oferecendo atendimentos acessíveis. Para Bruna, essa jornada ressignificou sua trajetória como psicóloga, fortalecendo seu vínculo com seus ancestrais e sua identidade negra quilombola, capacitando-a a resistir aos desafios e honrar as mulheres que moldaram sua história.

Nosso povo negro e quilombola já foi e continua sendo de tantas formas violentado, que se tornou importante trazer o texto sobre esse modelo de psicologia para a discussão. Há muitas possibilidades e muitos estudantes, autores, profissionais da psicologia negros que vêm há anos tentando inserir nosso povo como psiques/corpos a serem cuidados, mas cuidados em TODAS as suas especificidades e feridas ancestrais. O racismo funciona de uma forma que se faz crer que o mesmo não existe, como se dizer até mesmo a palavra o faria ressuscitar. Entretanto ele nunca morreu. Ele está na estrutura dessa sociedade que ainda condena negros e quilombolas à margem, pobreza, fome, desemprego, analfabetismo etc. Então, para a psicologia eurocêntrica, não era interessante criar e cuidar da saúde mental do povo o qual ela se designava a oprimir.

Bakhtiniana, São Paulo, 20 (3): e66674p, jul./set. 2025

Sendo assim, teorias que prezem a descolonização do inconsciente se fazem necessárias, como a Psicologia Africana de Nobles (2009), a qual considera a utilização da fé, alegria e beleza do povo africano e não concorda com a psicologia que se dedica a pensar somente no sofrimento, adoecimento e sintoma das pessoas. Assim complementa que:

[a] psicologia dos africanos deriva de uma singular experiência histórica e é por ela determinada. O imperativo humano natural e instintivo dessa psicologia é adquirir o impulso revolucionário para atingir a libertação física, mental e espiritual. Portanto, o que obviamente se faz necessário é uma psicologia centrada em nossas essência e integridade africanas, o que exige irmos além de desenvolver uma perspectiva negra, ou mesmo “afrocêntrica”, sobre a psicologia ocidental. Fundamental a essa tarefa é criar e criticar um corpo de ideias, teorias e práticas destinado a favorecer a compreensão, a explicação e, quando necessário, a cura do ser, do vir-a-ser e da pertença africanos em todas as expressões históricas e desdobramentos contemporâneos. Não se trata de um pensamento europeu revisado ou rearranjado; busca raízes profundas no pensamento africano (p. 279).

No livro *Psicologia social do racismo. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*, organizado por Iray Carone e Maria Aparecida Silva Bento (2002), entra em discussão o processo/projeto de embranquecimento que foi instaurado no pós-escravatura. Em seu estudo Nobles (2009) também discorre sobre essa violência sobre nós:

Neste ponto, é informativo o provérbio africano que diz “Quando um tolo não consegue escurecer o marfim, ele tenta clarear o ébano”. Por mais de quatrocentos anos, os africanos no Brasil souberam que eram africanos e que os portugueses eram os inimigos da liberdade. Lutaram e morreram continuamente para libertar seu povo da escravidão. O processo de “embranquecimento” tem funcionado por cerca de 115 anos. Evidentemente, cem anos de “embranquecimento” causaram mais danos psíquicos aos africanos do que quatrocentos anos de escravidão racista e dominação colonial (p. 287).

Desse modo, esse apagamento das raízes nos limita e nos impede de nos curar, curar os nossos e viver plenamente e a psicologia, ao não considerar essas especificidades, acaba por infringir mais um sofrimento, pois não sofremos como uma pessoa branca e,

por mais embranquecidos, não podemos ser curados com a teoria criada por e para o branco.

No Brasil surgiu a Psicologia Preta de Lucas Veiga teórico que se baseia muito na teoria de Nobles e reafirma, ao citá-lo juntamente com Neusa Santos Souza (1983), que o embranquecimento é o principal alimento do auto-ódio das pessoas negras. A introjeção da política de embranquecimento nacional nas subjetividades pretas cria uma condição psicológica debilitante, porque aquilo que o/a negro/a é e do qual não pode se desfazer, a cor da pele, coloca-o socialmente numa posição subalterna (Veiga, 2019, p. 247). Entende-se então, que:

O racismo produziu uma autoimagem turva, prejudicando a mais fundamental capacidade de amar: o amor-próprio. Uma das direções de trabalho na Psicologia Preta é promover o resgate do amor por si mesmo, por sua história, pelo povo ao qual se pertence (Veiga, 2019, p. 247).

Ambas as teorias conversam entre si em um único grito “respeitem nossas existências, resistências e subjetividades”. A psicologia precisa aceitar as críticas e se rever, reconhecendo suas bases racistas e, acima de tudo, entender que não detém o saber absoluto sobre ninguém.

Tenho em mim mais de muitas, sou uma, mas não sou só...

Pretendi aqui registrar a caminhada das mulheres quilombolas e da comunidade Dona Geraldina/São Manoel com o firme intuito de, assim, também reconhecer-me e homenageá-las já que, em junho de 2023, Edite retornou ao Orum. Neste artigo mostra-se também que o sistema colonial pode humilhar, desumanizar, inferiorizar, subjugar, mas não pode controlar nossa mente que guarda, mesmo que inconscientemente, nossa história, costumes, lembranças. A escravização é um atravessamento, mas não é o que nos define. Nossos mais velhos nos ensinam a lutar, a ter orgulho da nossa raça, a ter valores, a não nos conformar com injustiças.

Compreender a potência das mulheres quilombolas que me constituem e que me fazem também potência, transformou meu futuro. Assim como lá na frente eu

transformarei o futuro de meus descendentes, pois também estou me tornando ancestral. Essas mulheres, homens, crianças, meus mais velhos, são partes de mim, a família e o quilombo é meu centro, elas/eles me educaram, me espiritualizaram, me deram força para resistir, me deram a oportunidade de ser o que eu quisesse ser e até mesmo ser o que elas sonharam e não puderam. Ser também elas, ser muitas e não ser só.

Sempre terei esses “muitos” em mim mesma, sempre serei fisicamente uma no Aiê, mas nunca estarei só porque sou porque elas foram, sonhei porque elas sonharam que eu seria semente e germinaria nesta terra. Sempre serei UBUNTU, filosofia africana baseada em “eu sou porque nós somos” e terei consciência de que faço parte de algo maior que vai além de minha existência, sempre terei um coletivo para respeitar e honrar. Sempre serei SANKOFA e poderei retornar à minha comunidade caso me perca pelo caminho.

Recuperar a mim mesma é psicoQUILOMBOlogia. É minha cura e sabedoria através da minha ancestralidade!!! A psicoQUILOMBOlogia é centro de minha existência e fez toda a diferença na minha formação como psicóloga quilombola.

Poder falar sobre as mulheres quilombolas que fizeram e fazem o possível e impossível por suas famílias é uma das maiores honras que os Orixás poderiam conceder-me, para além da saúde e vida a mim e aos que sobrevivem às adversidades da vida que nos encontram. Talvez um dia nossos descendentes leiam esse artigo e também nos honrem aqui, como hoje eu honro meus ancestrais e meu povo arrancado de África. Se sou o que podia ser, é porque também sou elas, ontem, hoje e no Orum.

REFERÊNCIAS

ADÃO, Jorge Manoel; SANTOS, Franco Adriano dos. Educação escolar, tradição e oralidade Negro-Brasileira. *Educação, Ciência e Cultura*, 24(3), pp. 243-252, 2019. <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/5370>. Acesso em 17 abr. 2025.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: Nascimento, Elisa Larkin. (Org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009. pp. 93-110.

BRASIL. Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 08 fev. 2021.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. & CARONE, Iray. (orgs). *Psicologia social do racismo*. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2003.

CONAQ. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Quilombo? Quem Somos Nós!. *Site institucional*. Disponível em: <https://conaq.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 02 abr. 2021.

COSTA, Tiago Rodrigues. *De Adodi a guardiães do espírito: o sankofar das relações afetivas e sexuais entre africanos homens em diáspora*. 2018. 85f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

DEALDINA, Selma dos Santos. (org). *Mulheres quilombolas* Territórios de existências negras femininas. São Paulo, Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020.

DIOP, Cheikh Anta. *A origem africana da civilização: mito ou realidade*. Trad. de Mercer Cook. Westport: Lawrence Hill & Co., 1974.

DOVE, Nah. Mulherismo africana. Uma teoria afrocêntrica. Tradução Wellington Agudá. *Jornal de Estudos Negros*. 28(5), Sage Publications, Inc. Maio de 1998.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução Renato da Silveira. Salvador, BA: Editora Edufba, 2008.

FARIAS, Bruna Rosa. & BANDEIRA, Charlene da Costa. Grupo de Estudos de Psicoquilombologia: “Do Quilombo Eu Vim”. *Projeto de Ensino – Departamento De Psicologia Vinculado ao Instituto de Ciências Humanas e da Informação - ICHI*, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, 2020. Não publicado.

FLORES, Luiza Dias. Breve Relatório da Pesquisa: Comunidade São Manoel. Não Publicado. *Acervo da Comunidade*. Piratini, 2016.

FCP. Fundação Cultural Palmares. Estrutura organizacional. Disponível em: https://www.palmares.gov.br/?page_id=95. Acesso em: 08 fev. 2021.

FCP. Fundação Cultural Palmares. (2019). Diáspora africana, você sabe o que é?. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/?p=53464>. Acesso em: 08 fev. 2021.

GOMES, Máira Neiva. A musicalidade negra como resistência. *Portal Geledés*. 15 de jul. de 2017, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/musicalidade-negra-como-resistencia/>. Acesso em 12 mar. 2021.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. *Aletria: Revista de Estudos de Literatura*, 9, pp. 38–47, 2002. D.O.I.: <https://doi.org/10.17851/2317-2096.9.38-47>. Acesso em 12 mar. 2021.

GOMES, Nilma Lino. Apresentação. In DEALDINA, Selma dos Santos (org). *Mulheres quilombolas* Territórios de existências negras femininas. São Paulo, Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020.

HUDSON-WEENS, Clenora. *Mulherismo Africana: Recuperando a nós mesmos*. Tradução de Wanessa A.S.P. Yano. 1o ed. São Paulo. Editora Ananse, 2020.

MORAES, Viviane Mendes de (Aza Njeri)., BRITO, Thiago Henrique Borges (Kwame Ankh) & COSTA, Walkiria Gabriele Elias da (Kulwa Mene). Mulherismo africana: proposta enquanto equilíbrio vital à comunidade preta. *Ítaca*, 0(36), pp. 281-320, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Itaca/article/view/31961>. Acesso em 10 de março, 2021.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões na Senzala* Quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. *Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual*: Possibilidades nos dias da destruição. UCPA (Org.). *Diáspora Africana*: Editora Filhos da África, 2018.

NJERI, Aza & RIBEIRO, Katiúscia. Mulherismo africana: práticas na diáspora brasileira. In: *Currículo sem fronteiras*. 19(2) pp. 595-608, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol19iss2articles/njeri-ribeiro.html>. Acesso em 15 mar. 2021.

NJERI, Aza. Vamos falar sobre Mulherismo Africana?. Sessão Quilombo. *Alma Preta - Jornalismo Preto e Livre*, 28 de jan. de 2020. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/quilombo/vamos-falar-sobre-mulherismo-africana/>. Acesso em 15 mar. 2021.

NOBLES. Wade. Sakhu Sheti: retomando e reapropriando um foco psicológicoafrocentrado. In: Nascimento, Elisa. Larkin. (Org.) *Afrocentricidade*: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. pp. 277-297.

PINHEIRO, Eva Maria Dutra. *Comunidade Quilombola Nicanor da Luz*. Uma etnografia sobre saberes tradicionais e religiosidades. 2019. 195 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro*. As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

URASSE, Anin. O Mulherismo Africana é uma teoria?. *Blog Pensamentos Mulheristas*. 12 de abr. de 2019. Disponível em: <https://pensamentosmulheristas.wordpress.com/2019/04/12/o-mulherismo-africana-e-uma-teoria/>. Acesso em: 16 fev. 2021.

VEIGA, Lucas Motta. (2019). Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 31, n. esp., pp. 244-248, set. 2019. <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/29000> . Acesso em: 18 abr.2025.

Recebido em 15/05/2024

Aprovado em 26/04/2025

Declaração de contribuição de cada autora

Declaramos para fins de avaliação do artigo “Mulheres Quilombolas Contemporâneas: A matrigestão e ancestralidade em uma comunidade quilombola da região sul do Brasil”, pela equipe editorial da Revista *Bakhtiniana*, que as autoras Bruna Rosa Farias, Rita de

Bakhtiniana, São Paulo, 20 (3): e66674p, jul./set. 2025

Cássia Maciazeki-Gomes e Cassiane de Freitas Paixão dividiram as tarefas que integram as condições para a elaboração do referido artigo: a coleta, tratamento dos dados da pesquisa a discussão teórica foram realizados por Bruna Rosa farias e supervisionada por Rita de Cássia Maciazeki-Gomes e Cassiane de Freitas Paixão; o aporte teórico foi orientado por Rita Maciazeki-Gomes e Cassiane de Freitas Paixão; as análises e considerações finais foram concebidas entre as três autoras. Sendo assim, (1) a concepção, análise e interpretação dos dados foi de responsabilidade das três autoras; (2) a redação do artigo foi realizada por Bruna Rosa Farias e revisada por Rita de Cássia Maciazeki-Gomes e Cassiane de Freitas Paixão; (3) a aprovação final da versão a ser publicada foi realizada em parceria por Rita de Cássia Maciazeki-Gomes e Cassiane de Freitas Paixão. Todas as três autoras responsabilizam-se por todos os aspectos do trabalho na garantia da exatidão e integridade de qualquer parte da obra.

Declaração de disponibilidade de conteúdo

Os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos no manuscrito.

Pareceres

Tendo em vista o compromisso assumido por *Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso* com a Ciência Aberta, a revista publica somente os pareceres autorizados por todas as partes envolvidas.

Parecer I

Agradeço o convite para avaliar o trabalho intitulado “Mulheres Quilombolas Contemporâneas: a matrigestão e ancestralidade em uma comunidade quilombola da região sul do Brasil”. Parabeno os/as autores/as por colocar em evidência temas relativos ao quilombismo e às relações étnico-raciais no âmbito da sociedade brasileira, indispensáveis para a construção de uma sociedade antirracista e igualitária. A pesquisa é original, atual e relevante ao campo da Psicologia e do discurso em torno das relações étnico-raciais na vida e na saúde, especialmente por colocar em evidência aspectos basilares da cultura e identidade quilombola. O texto é bem escrito, fluido e bem estruturado. As questões teórico-metodológicas estão bem explicitadas e argumentadas com base em referencial teórico adequado e atual. Todas as seções mantêm coerência com o objetivo da pesquisa: conhecer a trajetória das mulheres quilombolas da comunidade São Manoel/Dona Geraldina, com base nas teorias do Mulherismo Africano e Matrigestão, fundamentais para a construção da psicoQUILOMBOlogia.

Chamo a atenção apenas para um aspecto, que indico a seguir: Tendo em vista as entrevistas e rodas de conversas realizadas com mulheres quilombolas da comunidade São Manoel/Dona Geraldina, que possibilitaram a compreensão dos elementos que constituem a identidade, a cosmopercepção quilombola e seus modos de resistência ao racismo e às estruturas coloniais, sugiro que as/os autoras/es apresentem algumas falas das entrevistadas, que corroboram o entendimento desses elementos e enriquecem os resultados da pesquisa. Finalizando, recomendo uma revisão textual, com vistas à correção gramatical, antes da publicação. CORREÇÕES OBRIGATÓRIAS [Revisado]

Célia Maria Patriarca Lisboa – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Macaé, Rio de Janeiro, Brasil; <https://orcid.org/0000-0001-9618-1093>; celiapatriarca@gmail.com

Parecer emitido em 20 de agosto de 2024.

Parecer II

Início ratificando minha alegria em ser parecerista deste texto: ele se constitui dentro da proposta da Sankofa: honrar o passado para perfilar o futuro. Todo o texto se desenrola dentro do que a Professora e pesquisadora Lélia Gonzalez ousou chamar de Pretugues, ou seja, as marcas das línguas africanas que embelezaram o português falado no século XVI, quando o Brasil foi invadido. Essa língua mestiça envergonhada foi corajosamente utilizada como conceito do começo ao fim, inclusive para interpretação de conceitos. O trabalho, nesta lógica, está irretocável: narra e ratifica a importância das mulheres na organização de novos mundos possíveis. É um exemplo das novas epistemologias possíveis para combater o epistemicídio e dar visibilidade para novos conhecimentos que devem ser conhecidos pela academia. Entretanto, em nosso entendimento, até para que não crie possibilidade de “senões” daqueles que gostariam de ver privilégios perpetuados precisa passar por uma revisão criteriosa das normas da língua portuguesa escrita no Brasil (deveria ser brasileira há tempos), concordância verbal e organização formal do texto. Mas, deve ser aprovado, visto, palmilhado. Parabéns! APROVADO COM SUGESTÕES [Revisado]

Rosângela Aparecida Hilário – Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Departamento de Ciências da Educação, Porto Velho, Rondônia, Brasil; <https://orcid.org/0000-0003-0308-8557>; rosangela.hilario@unir.br

Parecer emitido em 29 de agosto de 2024.

Parecer III

Considero o artigo muito relevante, especialmente por ser fruto de trabalho de uma estudante de psicologia quilombola. Entretanto, o texto necessita de revisão das/dos autoras/es, principalmente em relação aos aspectos gramaticais. Nesse sentido, faço algumas considerações no próprio texto, sugerindo algumas mudanças que julgo necessárias à melhor compreensão do artigo. Mantenho a sugestão de que as/os autoras/es incluam ao texto as falas das entrevistadas, que possam contribuir para o entendimento dos elementos que constituem a identidade, a cosmopercepção quilombola, seus modos de resistência ao racismo e às estruturas coloniais, assim como sua relação com os aspectos teóricos da pesquisa. APROVADO

Célia Maria Patriarca Lisboa – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Macaé, Rio de Janeiro, Brasil; <https://orcid.org/0000-0001-9618-1093>; celiapatriarca@gmail.com

Parecer emitido em 02 de setembro de 2024.

Editores responsáveis

Beth Brait

Elizabeth Cardoso

Maria Helena Cruz Pistori

Paulo Rogério Stella

Regina Godinho de Alcântara